

Breves Notas

Associação Goiana do Ministério Público / Goiânia, abril/maio de 2009 - nº 32



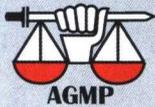
VIII CONGRESSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CENTRO-OESTE

O evento realizado em Rio Quente sob a coordenação da AGMP consegue envolver os membros do Ministério Público nas discussões sobre o papel e o futuro da instituição. Diferentes idéias e ações foram propostas, demonstrando que todos realmente têm interesse em tornar o MP ainda mais presente no dia-a-dia da sociedade.

Confraternização

Cerca de 500 pessoas compareceram à sede social da AGMP, no dia 9 de maio, para a festa do Dia das Mães e do Dia da Saúde, promovido pelo SAMP.





Breves Notas Nº 32

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO GOIANA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO - AGMP

Endereço: Rua T-29, esquina com T-9, nº 1.758 -

Setor Bueno Goiânia-GO - CEP 74.215-050

Telefone: (62) 3285-6660 - Fax (62) 3251-1798

E-mails: agmp@agmp.org.br -

presidencia@agmp.org.br - tesouraria@agmp.org.br -

jornalismo@agmp.org.br - informatica@agmp.org.br

- samp@agmp.org.br - secretaria@agmp.org.br -

diretoria@agmp.org.br

DIRETORIA DA AGMP

Lauro Machado Nogueira

Presidente

Goiamilton Antonio Machado

Vice-Presidente

Ana Maria Rodrigues da Cunha

Secretária-Geral

Astúlio Gonçalves de Souza

Diretor Financeiro

Maria Bernadete Ramos Crispim

Diretora Sociocultural

Cássio de Souza Lima

Diretor de Esportes

Anália Rabelo Montes Elias

Diretora de Integração

Leila Maria de Oliveira

Diretora de Comunicação

Arthur José Jacom Matias

Diretor de Assuntos Institucionais

CONSELHO FISCAL

Titulares

Rodolfo Pereira Lima Júnior

Rodrigo Félix Bueno

Valdemes Ribeiro de Menezes

Suplentes

Bernardo Boclin Borges

Clínio Xavier Cordeiro

João Porto Silvério Júnior

JORNALISTA

Marília Costa e Silva

DESIGN GRÁFICO

A.L DESIGN

aldesigngrafico@yahoo.com.br

(62) 9105-3653

DESIGNERS

Alessandro Carrijo
Luciana Fernandes

Fotografia
Moraes

EXPEDIENTE

Nesta edição

11

Artigo

Promotor de Justiça Haroldo Caetano fala sobre a relação existente entre futebol, cerveja, mídia e segurança pública

12

Informação de qualidade

Os associados do SAMP fazem balanço positivo do recebimento da Revista Saúde, distribuída gratuitamente

13

O Tempo não Para

A partir desta edição, a AGMP homenagerá os membros do MP lembrando, em décadas, a data de ingresso na instituição

SERVIÇOS DA AGMP

SAMP (Serviço de Assistência Médica aos Membros do Ministério Público)

Horário de atendimento: 8 às 18 horas

Secretárias: Viviane e Ivana

Fones: (62) 3274-3513

(62) 3285-6660 - Ramal 213

Fax: (62) 3251-3454

Consultas Médicas

Dr. Ildefonso Teles Neto - 11 às 12 horas

Sede Social da AGMP

(Salão de festas, sauna, academia, quadra de esportes, auditório)

Fone: (62) 3285-6660 - Ramal 212

Tratar com Marta

Casa do Promotor

Fone: (62) 3251-5336

Reservas com Rose ou Marta:

Fone: (62) 3285-6660

ou pelo site www.agmp.org.br

www.agmp.org.br

Linha direta com o presidente



O presidente da AGMP Lauro Machado Nogueira, possui e-mail e endereço de MSN exclusivos para falar diretamente com os associados. O contato pode ser feito através dos endereço presidencia@agmp.org.br

Ministério Público em discussão

O VIII Congresso do Ministério Público do Centro-Oeste foi palco de interessantes discussões sobre o momento vivido pelo Ministério Público brasileiro e seus desafios para o futuro.

Não obstante a diversidade de idéias e posicionamentos, é pensamento comum de todos a necessidade de que cada membro do Ministério Público faça uma reflexão sobre o papel da Instituição no cenário social, bem como renove o compromisso e a responsabilidade que é ser integrante de uma Instituição que tem uma “missão sublime”-Aristides Junqueira – 21.05.

Depois de mais de 20 anos do novo perfil constitucional, é fato incontestável que evoluímos muito em todos os aspectos e conquistamos uma credibilidade social e moral por muitos cobigada.

Em contrapartida, mesmo diante de tanto aprimoramento, discute-se hoje se o nosso “namoro” com a sociedade vai virar “casamento”, porque qualquer noiva reclamaria de 20 anos de um relacionamento indefinido, e dessa indefinição surgem as cobranças e o discurso da falta de efetividade.

Vivemos um momento difícil, com muitas tentativas de enfraquecimento, vide o projeto mordaga de Paulo Maluf, ou mesmo o péssimo clima da sabatina dos membros do CNMP no Senado Federal, sem olvidar do PL que atualiza os subsídios que tramita desde 2006 sem votação na Câmara, em clara retaliação ao MP. Tais reações e ataques não ocorreriam se o MP não estivesse cumprindo o seu papel com afinco e determinação e obtendo resultados expressivos. Logo, numa visão autocrítica, talvez seja o momento de reavaliarmos de que forma devemos nos posicionar perante a sociedade.

O marketing institucional baseado em metas não factíveis e posturas onipotentes não se encaixa mais num perfil caracterizado pelo profissionalismo, equilíbrio, ações planejadas e análise qualitativa de resultados mensuráveis. Isso tudo, acompanhado do fortalecimento de todos os integrantes, do neófito ao decano, em toda a gama de atribuições existentes, judiciais e extrajudiciais, pois o Ministério Público só se manterá forte, com seus membros mantendo a altivez e a motivação.

Hoje temos uma Instituição formada em sua maioria por pessoas que ingressaram depois de 1988 e não viveram aquele sonho encartado na CF. Contudo, aquele sonho nos possibilita, a cada dia, ser diferentes e fazer a diferença. Devemos preservá-lo, com muita responsabilidade, mas com os olhos voltados para o futuro, sem nunca deixar de sonhar.

Um fraterno abraço a todos !!!

Lauro Machado Nogueira
Presidente da AGMP

(em pauta)...



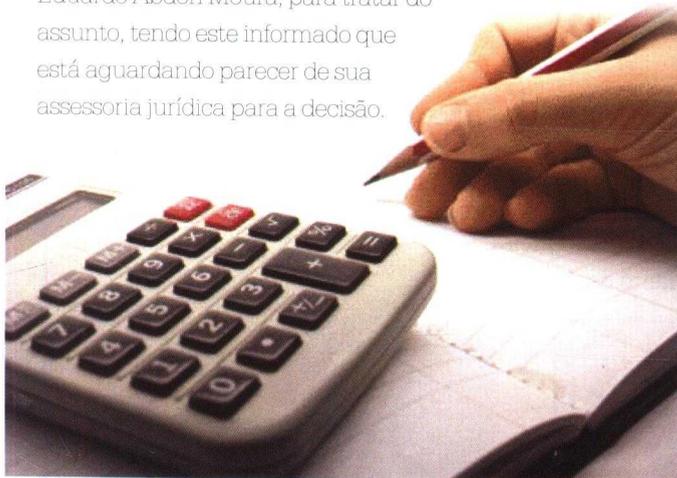
Presidente da AGMP apóia promotor de Montes Claros

O presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Lauro Machado Nogueira, esteve, no dia 11 de maio, em Montes Claros, para dar pessoalmente seu apoio ao promotor de Justiça Henrique Golin, que foi vítima de inaceitáveis ofensas por parte do vereador do município Epitácio Silva Peres. Além de se solidarizar com o colega, o presidente da AGMP participou de entrevista na Rádio Carandá FM onde apresentou a posição da entidade sobre o ocorrido e falou sobre o papel e a atuação do MP.

A AGMP também publicou, na edição do Jornal O Popular do dia 10, Nota de Desagravo em favor do promotor.

AGMP reivindica diferença salarial

A Associação Goiana dos Membros do Ministério Público apresentou requerimento administrativo, na Procuradoria Geral de Justiça, no último dia 15 de maio, solicitando que seja feito o pagamento aos membros do MP de diferença vencimental retroativa, referente à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) correspondente ao período de julho de 1995 a dezembro de 2004. O presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, justifica a medida alegando que o direito às diferenças salariais inicialmente foi reconhecido no âmbito da Justiça Federal e do Ministério Público da União. Posteriormente foi objeto de deliberação do Conselho Deliberativo da Conamp que, considerando o caráter nacional da instituição, decidiu por estender aos Estados a referida reivindicação. O pleito já foi deferido em vários Estados (RJ, TO, SC, MG e outros). No dia 28 de maio, o presidente da AGMP reuniu-se pessoalmente com o procurador-geral de Justiça, Eduardo Abdon Moura, para tratar do assunto, tendo este informado que está aguardando parecer de sua assessoria jurídica para a decisão.



Representantes dos MPs Estaduais no CNMP

O Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG) definiu, no dia 24 de abril, os três representantes dos Ministérios Públicos dos Estados que irão compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no biênio 2009/2011. O procurador de Justiça Cláudio Barros Silva, do Rio Grande do Sul, e o promotor de Justiça Sandro José Neis, de Santa Catarina, foram reconduzidos ao cargo. Para o lugar do atual conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Filho, que não disputou a eleição, foi escolhido o procurador de Justiça Achilles de Jesus Siqvara Filho, da Bahia.

Os indicados foram aprovados em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e aguardam a posse para o dia 22 de junho, caso todos sejam aprovados pelo plenário. Ao todo, 19 candidatos concorreram às vagas – seis MPE's (Acre, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Tocantins) não indicaram representantes.



Apresentado anteprojeto do novo CPP

O novo anteprojeto do novo Código de Processo Penal foi apresentado no dia 22 de abril. O objetivo da proposta, elaborada por comissão de juristas criada pelo Senado Federal, é atualizar a legislação, que data de 1941. Uma das mudanças relacionadas ao Ministério Público é quanto à desburocratização do inquérito. O anteprojeto aproxima o MP da Polícia Judiciária, dispensando a necessidade do juiz para que procuradores e promotores dialoguem diretamente com a polícia. Outra mudança que chama atenção é a criação da figura do juiz de garantias, destinado a controlar a legalidade da investigação, que atuará apenas durante a fase inquisitorial. Oferecida a denúncia, esse magistrado deve ceder lugar ao juiz do processo, que ficaria livre para avaliar as provas colhidas durante o inquérito. O anteprojeto, que foi coordenado pelo ministro do STJ Hamilton Carvalhido, trata ainda do foro por prerrogativa de função, extinguindo o privilégio, que hoje garante a autoridades o direito de serem processadas e julgadas nos tribunais superiores. Participou da comissão de juristas o colega do MP de Goiás Tito Souza do Amaral.

Proposta nova lei sobre ação civil pública

A Presidência da República encaminhou, no dia 27 de abril, ao Congresso Nacional, projeto de lei disciplinando a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. A matéria foi elaborada por comissão de juristas constituída no âmbito do Ministério da Justiça, mas acabou sofrendo modificações na Casa Civil da Presidência da República, após sua entrega. O projeto apresenta alguns pontos de indiscutível avanço, como o dever de o Judiciário arcar com os custos da perícia sempre que inexistirem peritos oficiais (art. 21, parágrafo único); a prioridade no processamento das ações civis públicas (arts. 3º, II e 63); a coisa julgada erga omnes, com abstração da competência territorial do respectivo órgão julgador (art. 32); a possibilidade de instauração de inquérito civil com base em notícia anônima, desde que acompanhada de elementos mínimos de convicção (art. 51, parágrafo 2º).

Inscrição ao VI Prêmio Innovare

Podem ser feitas até o dia 31 de julho as inscrições ao IV Prêmio Innovare, cujo tema é "Justiça Rápida e Eficaz". O objetivo da premiação é identificar práticas que garantam a ordem social, possibilitando à Justiça a solução de conflitos de forma mais ágil e eficiente, e que estejam contribuindo para a modernização dos serviços da Justiça. Podem concorrer ao prêmio, cujo tema foi escolhido devido à comemoração dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos, ocorrida em 10 de dezembro de 2008, membros do Ministério Público, magistrados, defensores públicos e advogados de todo Brasil. Os autores das práticas vencedoras receberão prêmio no valor de R\$ 50 mil.

Conamp: agenda política para 2009

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) divulgou durante reunião do Conselho Deliberativo, realizada no dia 29 de abril, a agenda política da entidade para 2009. No encontro também ficou definido a instalação de uma comissão para estudar a criação do fundo nacional para proteção das prerrogativas dos membros do MP e outras alternativas. O evento, ocorrido em Brasília, contou com a participação da diretoria da CONAMP e dos presidentes das Associações do MP dos estados e do Distrito Federal, entre eles o presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira.

A Agenda Política da Conamp para 2009 relaciona 68 projetos de lei e ações diretas de inconstitucionalidade em andamento no Congresso e no STF que são consideradas prioritárias para o Ministério Público e que terão acompanhamento minucioso por parte da Conamp. Entre os vários temas abrangidos no documento estão investigação criminal, eleição direta para procurador-geral de Justiça, ação civil pública, defensoria, subsídio e teto remuneratório, improbidade administrativa e foro por prerrogativa de função.

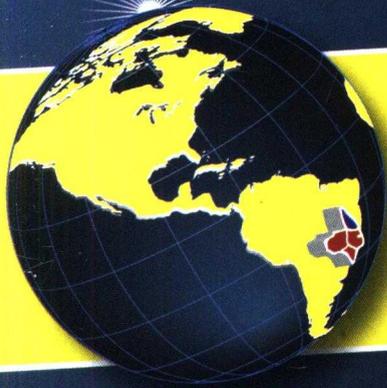


Retorno do Adicional de Tempo de Serviço (ATS)

A Câmara dos Deputados instalou comissão especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição – PEC n.º 210 de 2008, que restabelece o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço – ATS aos membros do Ministério Público e da magistratura.

A comissão especial está sendo presidida pelo deputado João Dado (PDT-SP). Laerte Bessa (PMDB-DF) foi designado relator da PEC. De autoria do deputado Régis de Oliveira (PSC-SP), a proposta altera os artigos 95 e 128 da Constituição Federal para restabelecer o pagamento do ATS aos membros do MP e da magistratura. A referida comissão está promovendo diversas audiências públicas com entidades representativas das carreiras jurídicas, entre as quais a Conamp.





VIII Congresso do MP esquenta debate sobre o futuro da instituição

O VIII Congresso do Ministério Público do Centro-Oeste teve êxito. O evento realizado no Rio Quente Resorts, na cidade de Rio Quente nos dias 21, 22 e 23 de maio, foi uma promoção conjunta das associações do Ministério Público de Goiás (AGMP), do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), do Mato Grosso (AMMP), do Mato-Grosso do Sul (ASMMP) e do Tocantins (ATMP). Durante os três dias do congresso, que teve a coordenação sob a responsabilidade do presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, integrantes do Ministério Público que compareceram ao evento destacaram a importância da postura dos membros do MP para o futuro da instituição.

Com o tema Do Local ao Regional: Desafios e Rumos para a integração do MP, o congresso alcançou o objetivo de envolver os participantes nas discussões sobre o papel e o futuro da instituição. Diferentes idéias e ações foram propostas, demonstrando que os membros do MP realmente têm interesse em tornar a instituição ainda mais presente no dia-a-dia da sociedade.

Como bem lembrou o presidente da AGMP o congresso teve por objetivo manter vivo o debate institucional e promover a integração dos membros do MP da região Centro-Oeste, mediante a troca de experiências entre os colegas.

Durante o discurso de recepção aos participantes, na noite do dia 21, Lauro garantiu que, passados mais de 20 anos da Constituição de 1988, a instituição não é mais novidade no cenário jurídico-institucional. "Conseguimos afirmar nosso papel, com uma atuação firme, corajosa e questionadora, pautada sempre pelo compromisso com a busca da plena cidadania e do bom uso dos



INTEGRANTES DA MESA DIRETIVA DURANTE ABERTURA DO CONGRESSO EM RIO QUENTE

recursos do erário, alcançando significativos avanços, com inegável reconhecimento da população", disse.

No entanto, Nogueira assegurou que a experiência "nos faz concluir que não podemos nos credenciar para a sociedade somente com o exercício das atribuições como fim em si mesmas, pois, em uma visão autocrítica, o senso comum já constata ser necessário apresentar resultados qualitativos e mensuráveis do trabalho desenvolvido". E isso será possível, na opinião do presidente da AGMP, com diálogo, que une os membros do MP e "nos fortalece".

Para o procurador-geral de Justiça de Goiás, Eduardo Abdon Moura, o momento é de o MP refletir se o que tem feito até agora é o caminho certo a seguir ou se é necessário mudar esses rumos, pois os sinais são de que essa atuação não tem sido mais suficiente para mudar a realidade brasileira. "Para resultados diferentes e para fazer diferença, precisamos fazer diferente." Na avaliação de Eduardo Abdon, o MP precisa encontrar alternativas à sua atuação demandista, buscando agir de forma antecipada, preventiva. "O importante para a sociedade é que nossa atuação represente mudanças

para melhor", argumentou.

O presidente da Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp), José Carlos Cosenzo, também reiterou, durante a abertura do congresso, a necessidade de integração institucional como caminho para o futuro do MP. "Somente a comunhão de idéias e de ideais pode nos ajudar a repensar nossa história", afirmou, salientando ser o Congresso do MP do Centro-Oeste uma oportunidade para essa aproximação.

PRESENCAS

Na abertura do evento, integraram a mesa de trabalho no primeiro dia do congresso o procurador-geral do Estado, Anderson Máximo de Holanda; o desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga, representando o Tribunal de Justiça de Goiás; o procurador de Justiça Cláudio Barros Silva, representando o Conselho Nacional do Ministério Público; o ouvidor do MP, Abraão Júnior Miranda Coelho; e os presidentes das Associações dos MPs do Distrito Federal, Carlos Alberto Cantarutti; do Mato Grosso, José Antônio Borges Pereira; do Mato Grosso do Sul, Humberto Ferri, e do Tocantins (convidado), Edson Azambuja.

Membros do MP têm de meditar sobre o papel da instituição, afirma Aristides Junqueira

“É preciso que os procuradores e promotores de Justiça façam uma meditação pessoal sobre a função do Ministério Público e o papel de cada um dentro da instituição” A recomendação foi feita aos membros do MP no dia 21 de maio, pelo ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira Alvarenga, durante palestra inaugural do VIII Congresso do Ministério Público do Centro-Oeste, no Rio Quente Resorts, na cidade de Rio Quente.

Aristides Junqueira, que pediu para ser lembrado não só pelo seu trabalho como procurador-geral da República, mas, principalmente, pela sua atuação como promotor de Justiça por Goiás, afirmou durante a palestra que os membros do MP precisam ter em mente que não basta que todos tenham saber jurídico. “Ser promotor e procurador de Justiça exige trabalho árduo e constante, abnegação, equilíbrio emocional, desprendimento, despojamento de vaidade”, ponderou. Segundo ele, não há lugar na instituição para quem não entenda que o MP é, sim, uma missão sublime.

Além disso, Junqueira ponderou que os membros do MP têm de agir ainda de forma que o povo compreenda que a entidade é a sua defensora. “Isso não apenas no combate ao crime organizado e nos grandes crimes econômicos, mas, também, naqueles de menos potencial ofensivo”, assegurou. E, de acordo com ele, no futuro, o MP terá também a função de mudar maus hábitos do povo brasileiro. “Não há instituição forte sem que seus membros sejam também fortes e atuantes”, disse.

No encerramento da programação do dia 21, o presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Lauro Machado Nogueira, em nome dos demais organizadores do evento, entregou uma placa de prata homenageando Aristides Junqueira.



"Não há instituição forte sem que seus membros sejam também fortes e atuantes."

ARISTIDES JUNQUEIRA

Momentos de descontração

Além de palestras e debates, o VIII Congresso do Ministério Público do Centro-Oeste, realizado em Rio Quente, também teve espaço para a confraternização entre os membros do MP. Na noite de abertura do evento, por exemplo, após palestra com o ex-procurador da República, Aristides Junqueira, foi servido coquetel no Espaço Mac do Hotel Turismo do Rio Quente Resorts.



Membros do MP têm de meditar sobre o papel da instituição, afirma Aristides Junqueira

"É preciso que os procuradores e promotores de Justiça façam uma meditação pessoal sobre a função do Ministério Público e o papel de cada um dentro da instituição" A recomendação foi feita aos membros do MP no dia 21 de maio, pelo ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira Alvarenga, durante palestra inaugural do VIII Congresso do Ministério Público do Centro-Oeste, no Rio Quente Resorts, na cidade de Rio Quente.

Aristides Junqueira, que pediu para ser lembrado não só pelo seu trabalho como procurador-geral da República, mas, principalmente, pela sua atuação como promotor de Justiça por Goiás, afirmou durante a palestra que os membros do MP precisam ter em mente que não basta que todos tenham saber jurídico. "Ser promotor e procurador de Justiça exige trabalho árduo e constante, abnegação, equilíbrio emocional, desprendimento, despojamento de vaidade", ponderou. Segundo ele, não há lugar na instituição para quem não entenda que o MP é, sim, uma missão sublime.

Além disso, Junqueira ponderou que os membros do MP têm de agir ainda de forma que o povo compreenda que a entidade é a sua defensora. "Isso não apenas no combate ao crime organizado e nos grandes crimes econômicos, mas, também, naqueles de menos potencial ofensivo", assegurou. E, de acordo com ele, no futuro, o MP terá também a função de mudar maus hábitos do povo brasileiro. "Não há instituição forte sem que seus membros sejam também fortes e atuantes", disse.

No encerramento da programação do dia 21, o presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Lauro Machado Nogueira, em nome dos demais organizadores do evento, entregou uma placa de prata homenageando Aristides Junqueira.



"Não há instituição forte sem que seus membros sejam também fortes e atuantes."

ARISTIDES JUNQUEIRA

Momentos de descontração

Além de palestras e debates, o VIII Congresso do Ministério Público do Centro-Oeste, realizado em Rio Quente, também teve espaço para a confraternização entre os membros do MP. Na noite de abertura do evento, por exemplo, após palestra com o ex-procurador da República, Aristides Junqueira, foi servido coquetel no Espaço Mac do Hotel Turismo do Rio Quente Resorts.



Organizadores fazem balanço positivo do evento

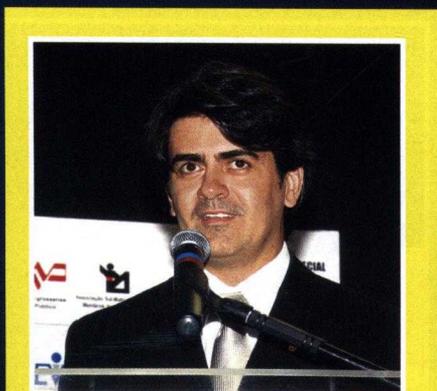
Os organizadores do VIII Congresso do Ministério Público do Centro-Oeste consideraram muito proveitoso o evento, que foi promovido em conjunto pelas associações do MP de Goiás (AGMP), do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), do Mato Grosso (AMMP), do Mato-Grosso do Sul (ASMMP) e do Tocantins (ATMP). A coordenação do congresso, realizado no Rio Quente Resorts, ficou sob a responsabilidade do presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira.

O presidente da AGMP fez um balanço muito positivo do congresso. “Os colegas dos Ministérios Públicos que compõem a região Centro-Oeste e Tocantins, bem como os demais Estados brasileiros que abrilhantaram o evento, debateram nossa instituição, sempre com o objetivo determinado de aprimoramento de nossa atuação e a efetividade da missão constitucional que nos foi outorgada”, afirma.

Segundo ele, a iniciativa de voltar a realizar o evento, depois de 8 anos, “surtiu da necessidade de se identificar e manter vivo o debate institucional e promover a integração dos membros do MP do Centro-Oeste, e isso foi plenamente alcançado durante o evento”.

Parceiro na organização do congresso, o presidente da AMMP, José Antônio Borges Pereira, também comemorou a reedição do evento. Segundo ele, o encontro foi muito estimulante, pois gerou debates muito pertinentes sobre o que tem de ser feito para garantir a união dos membros da instituição.

E, nessa seara, o presidente da ASMMP, Humberto Lapa Ferri, destacou o ineditismo da reunião do Conselho Nacional de Procuradores de Justiça com a Conamp promovida durante o congresso. Ela acabou resultando no painel institucional Aprimoramento e Integração do Ministério Público. “Nele se discutiu os



“O Congresso atendeu às expectativas de manter vivo o debate institucional, com vistas ao nosso fortalecimento, pregando a união de todos em torno de um objetivo único: um Ministério Público cada vez mais profissional e sintonizado com as demandas sociais. Também foi uma ótima oportunidade de conagração entre os colegas do Centro-Oeste e Tocantins.”

LAURO MACHADO NOGUEIRA,
presidente da AGMP

rumos do MP, analisando o passado e pensando no futuro da instituição”.

O presidente da ATMP, Edson Azambuja, por sua vez, considerou de muito êxito as discussões alavancadas, pois elas, de acordo com ele, mostraram claramente como são as realidades vivenciadas em cada Estado. “Esse diagnóstico é importante para encontrarmos a saída para fortalecermos ainda mais o MP.”

Além disso, o congresso, na opinião do presidente da AMPDFT, Carlos Alberto Cantarutti, cumpriu a expectativa de integração dos membros do MP do Centro-Oeste. “A troca de experiências com os membros mais antigos, como os procuradores aposentados, motivou os mais jovens a resgatar a história de amor com o MP”, disse.

“No encontro ficou claro que não podemos andar sozinhos. Associações, MP e seus membros precisam pensar no caráter unitário e nacional do MP.”

HUMBERTO LAPA FERRI,
presidente da ASMMP

“Tivemos boas discussões que deixaram claro que só a união do MP, a profissionalização e a busca por estratégias de atuação cada vez mais aprimoradas é que fortalecerão a instituição na sua função de defesa da democracia.”

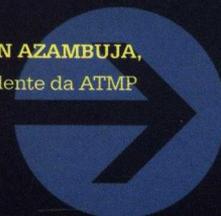
JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA,
presidente da AMMP

“Um congresso tem de acolher dois objetivos. O primeiro é a busca pelo aperfeiçoamento jurídico e institucional. O segundo é o conagração da classe. Parabenizo a AGMP e as demais entidades que organizaram o evento pelo cumprimento de ambos os propósitos.”

JOSÉ CARLOS COSENZO,
presidente da Conamp

“O congresso foi muito proveitoso, pois todos nós, membros do MP, pudemos discutir questões internas da instituição, refletindo sobre as melhores medidas a serem tomadas para nos tornarmos cada vez mais fortes.”

EDSON AZAMBUJA,
presidente da ATMP



teses defendidas

Além de debates sobre os rumos do Ministério Público, o VIII Congresso do MP do Centro-Oeste, realizado entre os dias 21 e 23 de maio, em Rio Quente, teve espaço para apresentação de teses por parte de membros da instituição. Dois trabalhos foram defendidos e aprovados após proveitoso debate.

A Importância da Gestão Estratégica e da Tecnologia de Informação para a Atuação do Ministério Público em Goiás é de autoria de Marcelo Henrique dos Santos, promotor de Justiça titular da 9ª Promotoria da comarca de Anápolis. A Incomunicabilidade do Assistente de Acusação com a Função do Ministério Público no Processo foi apresentada pelo promotor de Justiça de Rio Verde, João Porto Silvério Júnior.

Na sala de teses, durante a programação, foi feita ainda apresentação do projeto Parceiros da Paz do MP de Goiás pela promotora Alice de Almeida Freire Barcelos, bem como feito relatório de atividades do Grupo Nacional de Efetivação do Controle Externo da Atividade Policial no Ministério Público (CNPG).



OS PROMOTORES MARCELO HENRIQUE E JOÃO PORTO JR RECEBERAM PRÊMIOS



Aprimoramento do MP

O Ministério Público precisa se unir, se profissionalizar e desenvolver estratégia institucional que garanta ainda mais o fortalecimento da instituição para defesa da democracia. Esta foi a conclusão a que chegaram os participantes do Painel Institucional Aprimoramento e Integração do MP, realizado no dia 22 de maio, durante o VIII Congresso do Ministério Público do Centro-Oeste. O evento teve a

mediação do presidente da Associação Matogrossense do Ministério Público, José Antônio Borges Pereira.

Participaram dos debates o presidente da Conamp, José Carlos Cosenzo; o presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, Leandro Azeredo Bandarra; e o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, Sandro José Reis.

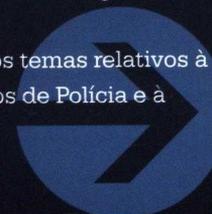
Reuniões Conamp e CNPG

Durante o evento, ocorreram reuniões paralelas e conjuntas da Conamp e do CNPG. No Conselho Nacional de Procuradores Gerais, o procurador-geral de Justiça de Goiás, Eduardo Abdón Moura, apresentou uma minuta de resolução a ser proposta ao Conselho Nacional do MP, estabelecendo diretrizes de gestão para o Ministério Público brasileiro.

Já na reunião da Conamp, foi deliberada uma ação conjunta de todas as associações para combater o projeto de

lei proposto pela PGJ da Paraíba que impedia os promotores de Justiça de candidatarem-se ao cargo de Procurador Geral. A ação obteve êxito com a retirada do projeto da Assembléia Legislativa, no início de junho, pela procuradora-geral Janete Ismael.

Na reunião conjunta, foram debatidos temas relativos à Defensoria Pública, à PEC dos Delegados de Polícia e à situação previdenciária dos inativos.



Direito ambiental das mudanças climáticas

(Ponto de Vista)



**MIRYAM BELLE
MORAES
DA SILVA**
PROMOTORA
DE JUSTIÇA

Nosso planeta está envolto em uma camada de gases, chamados de gases de efeito estufa, que mantém a superfície da Terra numa temperatura capaz de garantir a vida. Essa camada, no entanto, está ficando mais grossa, armazenando mais calor, à medida que nós emitimos mais gases de efeito estufa através da queima de combustíveis fósseis para a produção de energia e da derrubada de florestas para dar lugar à agricultura e outras atividades econômicas. O resultado disso é que o clima do planeta está se transformando.

Há um consenso na comunidade científica que desde 1860 estamos vivendo um aquecimento crescente, bem documentado, sem queda de curva à vista. Se a temperatura média subir mais do que dois graus, as consequências são catastróficas. Segundo o IPCC, nos últimos cem anos, a temperatura média da Terra já subiu 0,7 grau. As pesquisas científicas indicam que, por causa dessa mudança climática, nós poderemos vivenciar fenômenos naturais mais intensos e mais frequentes. Um aumento gradual das temperaturas tem também implicações para os ecossistemas, para os ciclos de vida vegetais, os animais e seus habitats naturais.

Mesmo que paremos de emitir gases agora, nós sentiremos os efeitos dos que já foram liberados na atmosfera. Apesar disso, temos que fazer tudo o que pudermos para evitar mudanças ainda maiores e nos adaptar à nova situação que se projeta.

Nesse contexto surge o Direito Ambiental da Mudança do Clima, com o foco nas mudanças climáticas antropogênicas. Nas décadas de 70 e 80, o foco do direito ambiental era o combate à poluição, às chaminés das indústrias, ao esgoto a céu aberto, aos lixões, à poluição sonora etc. Na década de 90, o direito ambiental, de segunda geração, passou a proteger a biodiversidade. Foi mantida preocupação com a poluição, mas no que se refere à proteção dos elementos bióticos, substituiu-se uma visão de tutela da fauna e da flora e maneira individualizada, por uma visão holística, que considera todos os elementos integrantes de um todo. E agora, vive-se a terceira geração, com enfoque nas mudanças climáticas, acrescido do combate à poluição e da proteção da biodiversidade.

A definição jurídica de mudanças climáticas prevista no projeto de lei 3.535/08, que institui a Política Nacional sobre mudança do clima, em tramitação na Câmara dos Deputados, conceitua mudança do clima como aquela que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis. A ONU também reconheceu o liame entre as ações antrópicas, associadas à emissão de gases de efeito estufa e as mudanças climáticas, o que resta perfeitamente evidenciado nas definições inseridas no art. 1º da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, assinada em 1992, durante a realização da Cúpula da Terra no Rio de Janeiro.

Herman Benjamin, ministro do STJ, fala que a estratégia a ser traçada para o necessário enfrentamento da questão climática, pelo Direito, segue três passos: 1) A instituição de novos marcos legais; 2) A reciclagem dos mecanismos

existentes (reserva legal e áreas de preservação permanente) e 3) a adoção de um novo enfoque para velhos problemas (queimadas e desmatamentos).

A atuação do Ministério Público na defesa do meio ambiente é um caminho que já se vem percorrendo, com trilhas abertas e outras em consolidação, que, mal compreendida ou não, rende críticas severas, assim como aplausos ocasionais. No momento, aos desafios de combate à poluição, à proteção da biodiversidade, soma-se uma atuação para impedir o aquecimento global a níveis ameaçadores à vida humana na Terra.

A atuação planejada, estabelecida em redes e cada vez mais profissional é imperiosa. É preciso que o Ministério Público atue no combate ao desmatamento, com a consciência de que a proteção das APPs e Reservas Legais representam não só a proteção da biodiversidade, mas também dos sumidouros de gases de efeito estufa. É preciso também voltar o olhar para si mesmo e promover a gestão ambiental em suas atividades administrativas, bem como estimular esta gestão ambiental pelos demais órgãos públicos. Os termos de ajustamento de conduta devem ser utilizados para fomento das políticas públicas que visem a adoção de mecanismos de MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo), REDD (redução de emissões do desmatamento e degradação ambiental), neutralização de carbono, o pagamento dos serviços ambientais dos recursos naturais, por parte do Poder Público e do setor privado. O licenciamento ambiental há de ser visto como instrumento para se evitar a instalação de atividades econômicas que não estejam em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável para evitar as mudanças ainda maiores no clima.

Outro desafio a ser enfrentado pelo do Direito Ambiental das Mudanças Climáticas é o anonimato dos processos e atividades responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa. O aquecimento da Terra representa um produto global do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países. Ou seja, a crise ambiental não é percebida no cotidiano das pessoas, que somente tomam consciência da necessidade de rever seus valores e as próprias bases da sociedade quando ocorre um "desastre" ambiental, como o que vitimou o Estado de Santa Catarina em dezembro de 2008, por exemplo. Por isso, não há como se falar em enfrentamento dos desafios do direito ambiental de terceira geração sem uma atuação marcante do Promotor de Justiça na promoção da educação ambiental, com vistas à mudança de comportamento da sociedade e à conscientização da crise ecológica global.

O tema mudanças climáticas irá, certamente, pautar o direito brasileiro e o direito internacional nos próximos anos da nossa existência, mas também das gerações futuras, em razão do inequívoco e evidente aquecimento global.

A atuação do Ministério Público, tal como a do Estado brasileiro em suas diversas formas de se apresentar à sociedade, não há de ser inercial, decorrente de uma provocação advinda de uma catástrofe ou de um escândalo. Deve, sim, envolver um processo de reconhecimento dos cenários e dos desafios que envolvem as medidas de resposta às mudanças climáticas e ao papel que pode desempenhar.

Sobre futebol, cerveja, mídia e segurança pública

artigo

JORNAL NACIONAL – 1º BLOCO:

Diz a apresentadora, de olhar simpático e toda sorrisos: “Ronaldo, o Fenômeno, volta a brilhar nos estádios brasileiros! Em seu retorno triunfante para os campos de futebol, Ronaldinho é o grande destaque do Corinthians na conquista do Campeonato Paulista de 2009”. E a matéria prossegue com entrevistas, as imagens dos belos gols e a festa da vitória.

INTERVALO COMERCIAL:

Num filme de 30 segundos, o mesmo craque, novamente campeão, tem uma conversa intimista com o telespectador: “Tudo o que eu conquistei na vida foi com muito suor, como todo guerreiro”. Na tela, imagens das vitórias nos diversos campos de sua vida, até que chega o grand finale: “Mas eu sempre dei a volta por cima. É... Não é fácil. Mas o que é suado tem mais sabor”. E, batendo com o punho no peito, arremata: “Eu sou brahmeiro”.

JORNAL NACIONAL – 2º BLOCO:

Agora é a vez do apresentador, de olhar e voz severos, sobranceiras carregadas, trazer outra notícia: “Motorista embriagado atropela e mata cinco pessoas de uma mesma família”. Enquanto rodam as imagens da tragédia, com os destroços do carro, aparecem no seu interior algumas latas de cerveja. Cerveja Brahma. E continua o apresentador: “Em visível estado de embriaguez, o motorista, um rapaz corintiano de apenas 18 anos de idade que comemorava a vitória de seu time no campeonato, não conseguiu controlar o carro, que avançou sobre o ponto de ônibus e atropelou toda uma família, provocando a morte de um homem de 45 anos, sua esposa de 40 e os três filhos, de 15, 5 e 3 anos. As vítimas chegaram a ser socorridas, mas morreram a caminho do hospital”.

Dessa breve história, num misto de ficção e realidade, observa-se que os fatos são apresentados de forma isolada, sem qualquer relação entre si. A embriaguez do rapaz de 18 anos, a tragédia derivada do consumo de cerveja, seriam fatos sem

qualquer relação com a propaganda do brahmeiro, ídolo nacional e atleta do nosso esporte mais popular, cujo sucesso era celebrado no bloco anterior do noticiário.

Toda a tragédia é imputada exclusivamente ao rapaz, bêbado, que é apontado como único responsável pelas mortes. Afinal, na técnica do direito penal, os chamados antecedentes causais terminam na conduta do motorista que, embriagado, seria o único culpado pelo crime. E na matéria jornalística não há espaço para qualquer menção ao estímulo maciçamente dado àquele jovem, desde sempre, para consumir bebida alcoólica. As cervejarias, as agências de propaganda, os meios de comunicação (que se sustentam com essa publicidade) saem imunes... E a propaganda do brahmeiro, embalada pela nova conquista do Fenômeno, se repete no intervalo seguinte.

Mas você, que ainda insiste em ler estes escritos, pode estar se perguntando: – E daí? O que isto tem a ver com segurança pública? Qual o sentido de se trazer essa história para um artigo de jornal?

É que para conhecer o fenômeno, não o craque de futebol, convém esclarecer, mas sim o da violência e da criminalidade; e ao mesmo tempo propor caminhos e soluções sustentáveis e que escapem da mesmice que há muito tem se apresentado como solução para tudo no Brasil (leia-se: a panaceia em que se transformou o direito penal, com centenas de propostas de alteração legislativa para o agravamento das penas e para a inclusão de novos tipos penais), impõe-se ver um pouco além da dogmática e de algumas verdades estabelecidas, verdades que não se sustentam ao primeiro sopro de lucidez ou de investigação crítica.

Importa, pois, além da responsabilização criminal de condutas censuráveis, entender que violência e criminalidade são assuntos de interesse também de outros setores, distintos do campo de alcance do direito penal. E que medidas em outras áreas da vida em

sociedade e da ação do Estado podem promover, em muitos casos com melhores resultados, segurança, paz e justiça social.

Importa reconhecer, por exemplo, que o estímulo precoce ao consumo dessa poderosa droga que é o álcool, com a vergonhosa e absurda veiculação de campanhas publicitárias agressivas, em grande parte destinadas a crianças e adolescentes, traz conflitos e problemas de toda sorte, para o usuário, seus familiares, vizinhos e toda a comunidade ao final das contas, como no caso da tragédia fictícia acima descrita, cuja ocorrência poderia ser relatada, tal é a frequência com que acontece, em qualquer cidade brasileira, mesmo as pequenas e que estão distantes das metrópoles.

Mas importa lembrar, ainda, que soluções no regime democrático devem trilhar o caminho da garantia de direitos e não sua restrição autoritária, como por vezes testemunhamos ocorrer. Como, por exemplo, no caso de Goiás, em que se propõe a restrição dos horários de funcionamento de bares como solução para a violência urbana ou, também, a proibição da livre expressão do pensamento, como na recente proibição à Marcha da Maconha, proibição que não tem cabimento no regime democrático.

A garantia de direitos produz harmonia social e sua efetivação traz, sim, segurança pública, paz, tolerância às diferenças. Direitos como o acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos da criança na escola; o acesso a serviços decentes de saúde pública; o acesso facilitado à justiça ou a políticas de inclusão ao emprego, à moradia, ao lazer; o respeito à dignidade humana do delinquente e do preso. E quanto mais o Estado brasileiro caminhar nesse sentido, menor será a necessidade da utilização da norma penal como solução principal para os conflitos da sociedade. E o direito penal deve, assim, servir-se para aquilo a que se destina: como ultima ratio, como resposta residual na solução dos conflitos.

HAROLDO CAETANO DA SILVA
promotor de justiça
haroldocaetano@gmail.com

Revista Saúde

Há a um ano, os associados do Serviço de Assistência Médica aos Membros do Ministério Público (SAMP) estão recebendo mensalmente, em casa, exemplar da Revista Saúde. Com a publicação da Editora Abril, que é distribuída gratuitamente, os usuários ficam por dentro do que há de mais importante no mundo da medicina, nutrição, atividade física, bem-estar e outros assuntos relacionados à saúde.

A diretora do SAMP, Valéria Cristina de Paula Magalhães, avisa que a avaliação positiva da revista fez com que o serviço renovasse a assinatura anual. "Foram muitos aqueles que se dispuseram a telefonar para agradecer e louvar a implementação da idéia de informação/prevenção nas questões de saúde, otimizada pela distribuição da revista", diz.

"Quero congratular-me com o SAMP pela iniciativa inédita, uma vez que ela testemunha sua preocupação com a saúde de seus associados e os incentiva a ter uma vida saudável, buscando, na publicação, as bases para que tal se verifique."



MYRTHES A. GUERRA MARQUES, procuradora de Justiça aposentada

"É louvável a iniciativa do SAMP de disponibilizar a Revista Saúde aos seus associados. Publicação de qualidade, o que me chama atenção são as notícias com enfoque na prevenção e não nas doenças em si."



LAURA MARIA FERREIRA BUENO, procuradora de Justiça.



SAMP

O Serviço de Assistência Médica aos Membros do Ministério Público (SAMP) tem procurado aprimorar cada vez mais os serviços prestados. Mais credenciamentos e melhor atendimento estão entre as preocupações do plano, que tem sido aprovado pelos usuários.

A diretora do SAMP, Valéria Cristiana de Paula Magalhães, destaca ainda que muitos beneficiários estão atendendo ao pedido da diretoria, de dar preferência ao SAMP na realização de exames em laboratórios, clínicas e hospitais conveniados. Ela aponta ainda a colaboração daqueles que estão seguindo as orientações acerca da autorização prévia para cirurgias eletivas, bem como solicitando seus reembolsos trimestralmente e com relatório médico, nos casos de terapias.

Para estimular ainda mais o uso do plano, a diretoria resolveu premiar os três beneficiários titulares, cujo grupo familiar mais colaborar com as finanças do SAMP este ano. A análise será feita pelo Conselho Gestor, com base nas estatísticas apresentadas pela empresa de auditoria D' Médica, acompanhadas de parecer da superintendência. Os prêmios ainda estão sendo definidos e serão divulgados em breve.



"A ampliação do número de profissionais e unidades de saúde conveniados representou um grande salto de qualidade para o SAMP, que terá condições de atender de forma mais eficiente aos membros do Ministério Público de Goiás."

EDUARDO ABDON MOURA, procurador-geral de Justiça

"Estou muito satisfeito com o plano. Tenho sido sempre muito bem atendido."

PEDRO TAVARES FILHO, procurador de Justiça.

"Sempre fui afiliada ao SAMP e percebo que o serviço tem sido aprimorado ao longo dos anos, com destaque hoje pela diversificação das modalidades de atendimento",

IVANA FARINA NAVARRETE PENA, procuradora de justiça

Confraternização reúne 500 pessoas

Cerca de 500 pessoas compareceram à sede social da AGMP, no dia 9 de maio, para participar da confraternização pelo Dia das Mães e pelo Dia da Saúde, promovido pelo Serviço de Assistência Médica aos Membros do Ministério Público (SAMP). Além de um café da manhã, os participantes saborearam vários pratos deliciosos servidos durante um brunch promovido no salão de festas. Tudo isso acompanhado por música ao vivo.

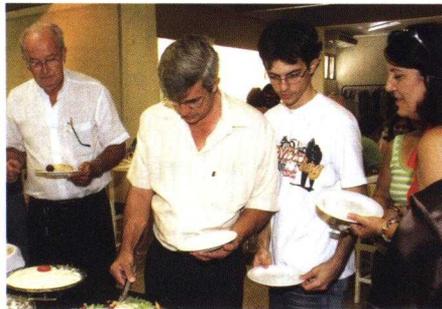
Além de reencontrar amigos e colegas de trabalho, 400 pessoas foram vacinadas contra gripe. A diretora do SAMP, Valéria Cristina de Paula Magalhães, afirma que, este ano, não foram oferecidas apenas imunização e medição de pressão, mas ainda avaliação nutricional e física, bem como a realização de exames pelo Laboratório CAPC. "Isso deu comodidade aos beneficiários, que foram atendidos com mais agilidade por profissionais gabaritados, além de receberem os resultados em casa, podendo apresentá-los ao seu médico, em caso de necessidade", afirma.

ELOGIOS

A iniciativa foi elogiada pelos integrantes do Ministério Público. O procurador de Justiça Pedro Alexandre Rocha Coelho, de 47 anos, por exemplo, considerou muito importante a realização desse tipo de evento na AGMP. "Podemos avaliar como está nossa saúde é importante, pois, como trabalhamos muito, muitas vezes não temos tempo de irmos ao médico", diz.

A promotora Elizena Aparecida Xavier, 43, levou a família para participar com ela da confraternização na sede da AGMP. "Além do conagraçamento entre os colegas, aprovei os serviços oferecidos, que considero de utilidade pública", afirmou.

A oportunidade de acesso a vários serviços de saúde em um só lugar atraiu a atenção do promotor Rodney da Silva,



BRUNCH SERVIDO NO SALÃO DE FESTAS



HELEN DRUMOND TOMA VACINA



PROMOTOR RODNEY SILVA COM A FAMÍLIA

45. Ele ainda aproveitou a ocasião para conhecer outros colegas e seus familiares. "Essa interação é muito positiva", afirmou. A mesma opinião tem a promotora aposentada Marina da Silva Siqueira, 74, e o marido Geraldo Batista de Siqueira, procurador de Justiça aposentado, que também não deixaram passar a oportunidade de se vacinarem contra a gripe.

Com o impacto da gripe suína em todo o mundo, a promotora Meire Cristini Albanesi considerou altamente favorável a vacinação. Ela também gostou de encontrar amigos durante a confraternização e de poder usufruir ainda de toda infra-estrutura disponível na sede social da entidade, onde permaneceu por longas horas.

INGRESSO NO MP

A partir desta edição, a Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) homenageará, no Breves Notas, os procuradores e promotores de Justiça de acordo com a data de ingresso na instituição. Foram lembrados quem completou, este ano, 10, 20 e 30 anos de atuação no MP.

30 ANOS



Pedro Tavares Filho -03/79

Leonidas Bueno Brito -03/79

Ilona Maria Christian de Sá -03/79

20 ANOS



Ana Cristina R. Peternella França -04/89

Edison Miguel da Silva Júnior -05/89

Susy Áurea Carvalho Pinheiro -02/89

Ivana Farina Navarrete Pena - 05/89

10 ANOS - MAIO DE 99



Ricardo Rangel de Andrade

Marcos Alberto Rios

Joel Pacífico de Vasconcelos

Delson Leone Júnior

Sebastião Marcos Martins

Públius Lentulus Alves da Rocha

Jales Guedes Coelho Mendonça

Fabiano de Souza Naves

Silvana Antunes Vieira Nascimento

Arthur José Jacon Matias

Cristiane Vieira Araújo

Bernardo Boclin Borges

Lucinéia Vieira Matos

Lúcio Cândido de Oliveira Júnior

Francisco Bandeira de C. Melo

Simone Sócrates de Bastos

Paulo Henrique Otoni

Ludmila Ferreira Pires de Rezende

Juliana de Almeida França

Márcio Lopes de Toledo

Adriano Godoy Firmino

Irma Pfrimer Oliveira

Renata Miguel Lemos

Glauber Rocha Soares

Marivânia Palmeira de O. Feres

Adriana Marques Thiago

Cláudia Maria Rojas de Carvalho

Renata de Matos Lacerda

Carla Brant Correia Sebba Roriz

Luciene Maria Silva Oliveira

Sílvia Maria Apostólico A. Reis

Keller Divino Branquinho Adorno

Claudine Maria Abranches Mansur

Maria Cecília de J. Ferreira

Marta Moriya Loyola

O TEMPO NÃO PARA



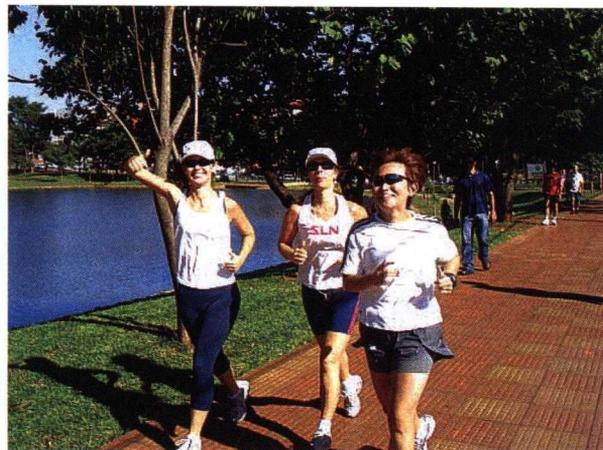
(fique ligado)

Ginástica localizada

A academia da AGMP está oferecendo, desde abril, aulas de ginástica localizada, ABS e técnicas de relaxamento. As novas atividades estão disponíveis todas às terças e quintas-feiras, no período das 18 às 20 horas. Mais informações sobre as novas modalidades podem ser obtidas com os professores Frederico e Wermys, na academia da AGMP, ou pelo telefone (62) 3285-6660.

Corrida de rua da AGMP

A Coordenação de Esportes da AGMP promoveu em 18 de abril, em Goiânia, uma corrida de rua com a participação de associados e convidados. Os participantes saíram da sede social da AGMP, no Setor Bueno, às 8h30, e percorreram um trajeto de 5 quilômetros. O percurso incluiu a ruas T-53 e Avenida Ricardo Paranhos. Após a corrida, a AGMP ofereceu um café da manhã a todos os participantes.



Circuito da Caixa

Foi um sucesso a participação de membros do Ministério Público na Etapa Goiana do Circuito de Corrida da Caixa, realizada no dia 17 de maio, no Parque Areião, com distâncias de 5 e 10 quilômetros. Devido ao bom desempenho dos participantes, o coordenador de esportes da AGMP, Frederico Farias Mendanha, avisa que deve montar, em breve, um grupo de corrida para treinos específicos com todos os interessados.

aniversariantes

MAIO

AIDENOR AIRES PEREIRA.....	30
ALEXANDRE SOARES DE FARIA.....	10
ANTHENOR GODOY.....	9
ARLINDO CESAR FLEURY.....	24
CAROLINE IANHEZ.....	28
DANIEL ROBERTO DIAS DO AMARAL.....	18
ELIZENA APARECIDA XAVIER.....	16
ERICO DE PINA CABRAL.....	30
GERALDO RAUL CURADO FLEURY.....	24
HAROLDO CAETANO DA SILVA.....	18
ILONA MARIA CHRISTIAN DE SA.....	3
JANAINA COSTA VECCHIA.....	13
MARCIO LOPES TOLEDO.....	31
MARLENE ALVES DE CARVALHO E VIEIRA.....	8
OSMAR PRUDENTE.....	31
PAULO HENRIQUE OTONI.....	8
REGINA MARCIA HIMENES.....	11
RODNEY DA SILVA.....	23
RODOLFO PEREIRA LIMA JUNIOR.....	4
SERGIO ABINAGEM SERRANO.....	31
TAMARA ANDREIA BOTOVCHENCO RIVERA.....	9

TARCILA SANTOS BRITTO.....	27
URSULA CATARINA FERNANDES DA S. PINTO.....	3
WAGNER DE PINA CABRAL.....	30

JUNHO

ALMERINDA DA COSTA SALOMAO.....	18
ANA PAULA ANTUNES VIEIRA NERY.....	29
ANGELA ACOSTA GIOVANNI MOURA.....	03
ANNA PAULA ALVES DAVID.....	06
ANTONIO DE PADUA RIOS.....	30
ANTONIO ISAAC.....	12
ARLETE ANDRADE COSTA.....	20
CARLOS ALEXANDRE MARQUES.....	30
CARLOS LUIZ WOLFF DE PINA.....	26
DALTIVA JOANA TRINDADE DO PRADO.....	24
EDISON MIGUEL DA SILVA JUNIOR.....	14
HENRIQUE CARLOS DE SOUZA TEIXEIRA.....	05
IDELCINA BONIFACIO GUIMARAES.....	30
JOANA DARC CORREA DA S. OLIVEIRA.....	25
JOAO NEDER.....	17
JOSE FAGUNDES.....	05
JOSE MOREIRA PIMENTEL.....	18

KEILA MARLUCE BORGES DA SILVA.....	02
KEILA MARTINS FERREIRA GARCIA.....	22
LEANDRO FRANCK DE OLIVEIRA AVILA.....	14
LEILA MARIA DE OLIVEIRA.....	16
LEONIDAS BUENO BRITO.....	09
MARIA HELENA GOMES MEDEIROS.....	25
MARIA THEREZA DE ARAUJO COSTA.....	20
NILMA MARIA NAVES DIAS DO CARMO.....	03
NILSON DE OLIVEIRA CUSTODIO.....	18
PAULO HENRIQUE MARTORINI.....	15
PAULO MAURICIO SERRANO NEVES.....	14
PAULO RICARDO GONTIJO LOYOLA.....	26
RAFAEL MACHADO DE OLIVEIRA.....	17
RENATA DE OLIVEIRA MARINHO E SOUSA.....	03
ROBERTSON ALVES DE MESQUITA.....	14
RONI ALVACIR VARGAS.....	02
SELMA MARIA COELHO LEMOS.....	26
SIMONE SOCRATES DE BASTOS.....	22
SOLIA MARIA DE CASTRO LOBO.....	11
SUZETE PRAGER DE OLIVEIRA.....	29
VALERIA MARQUES FREITAS.....	07
VANESSA GOULART BARBOSA.....	22
ZOELIA ANTUNES VIEIRA.....	21

(brevíssimas)



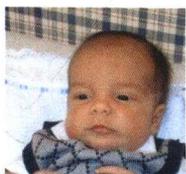
■ Nasceu no dia 18 de maio, às 6h25, na Maternidade Amparo, a filha do promotor de Justiça da comarca de Rio Verde, Mário Henrique Caixeta. Laura Alvarenga Caixeta veio ao mundo com 3.215 quilos e 49 cm.



■ Cecília, filha do promotor de Justiça Haroldo Caetano da Silva, nasceu no dia 11 de abril, às 9h22. É a primeira filha do promotor e de sua esposa, Ana Mônica. A garota nasceu com 51 centímetros e 3,4 quilos, na Amparo Maternidade, em Goiânia.



■ A cegonha chegou em dobro para a promotora Renata de Matos Lacerda Becker. No dia 4 de abril, ele deu a luz aos gêmeos Pedro e Arthur. Os bebês nasceram na Amparo Maternidade, em Goiânia.



Pedro é o nome do filho da promotora Liana Antunes Vieira Tormin. Ele nasceu às 13h26 do dia 24 de abril, na Fêmeina Maternidade, em Goiânia.



Josué Feitosa Mota é o primeiro filho do promotor Christiano Mota e Silva com a jornalista Janícia Silva Feitosa Mota. Ele nasceu no dia 31 de maio, às 6h28, na Amparo Maternidade, em Goiânia, pesando 3.630 quilos.



■ Nasceu no dia 31 de maio, às 21h30, no Hospital Santa Helena, em Goiânia, André, segundo filho do promotor de Justiça Arthur José Jacon Matias com Marúcia Matias. O bebê chegou ao mundo pesando 3 quilos e medindo 47 centímetros.

Time da AGMP vence Asmeago

O time de futebol soquete da AGMP venceu o da Asmeago em confronto realizado no dia 4 de abril. Na disputa, realizada na sede da Asmeago, a equipe da AGMP dominou os dois tempos da partida e ganhou pelo placar de 6 a 3. Após o jogo, promotores e juízes participaram de uma confraternização promovida pela Associação dos Magistrados.

Classificados

Jardins Milão - Vende-se lote de 684 metros quadrados, ótima localização. Tratar com Marlene, fone (62) 3532-7107.

Promotor é condecorado pela Polícia Militar

O promotor de Justiça Edivar da Costa Muniz, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Goiás, recebeu, dia 5 de maio, na cidade de Goiás, a medalha do sesquicentenário da Polícia Militar, por indicação do comandante do 6º Batalhão da PM, Te. Cel. Sebastião da Silva Moura. A condecoração aconteceu durante as atividades para comemoração do 37º aniversário do batalhão da antiga capital do Estado.



Promotores homenageados na Assembléia Legislativa

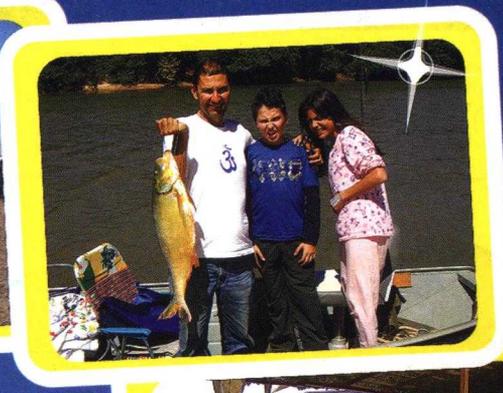
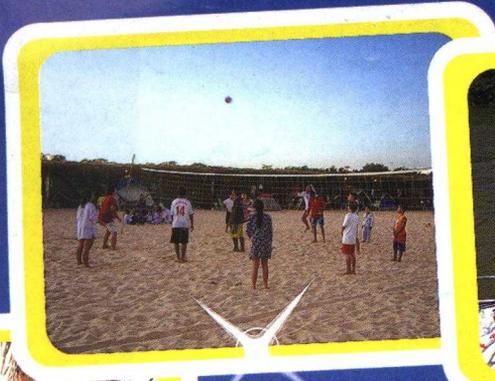
Os promotores de Justiça Jales Guedes Coelho Mendonça (foto) e Alice de Almeida Freire Barcelos foram homenageados, no último mês de maio, em sessão especial, na Assembléia Legislativa de Goiás, com a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Texeira pelos relevantes serviços prestados a comunidade goiana.



Alice Barcelos (foto), que é diretora da Escola Superior do Ministério Público (ESMP) e titular da 7ª Promotoria de Justiça, recebeu a mais alta homenagem do Poder Legislativo goiano, no dia 8 de maio, por iniciativa do presidente da Assembléia Legislativa, deputado estadual Helder Valin (PSDB). O parlamentar justificou a homenagem alegando ser de muito destaque a atuação da promotora em prol da sociedade.

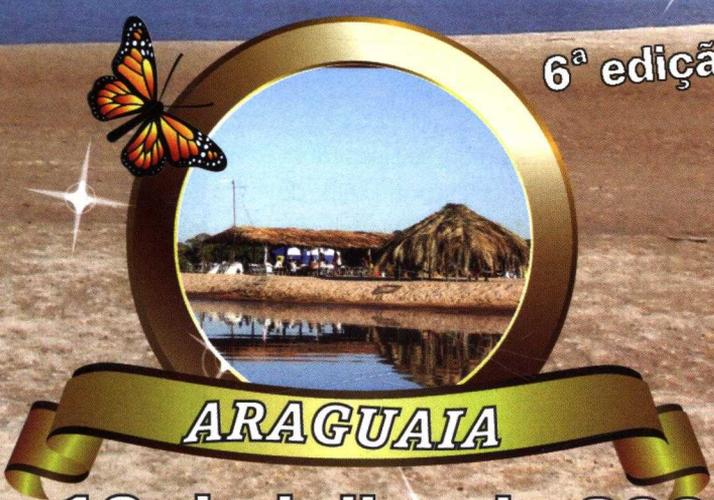


A homenagem ao promotor Jales Mendonça, titular da Promotoria de Itumbiara, no dia 22 de maio, foi proposta pelo deputado estadual Iso Moreira (PSDB). "Nossa sociedade passou por profundas alterações em sua estrutura, exigindo cada vez mais do profissional. Jales Guedes se destaca pela sua qualificação e seu currículo", afirmou o parlamentar.



acampamento da **canoas** **da agmp**

6ª edição

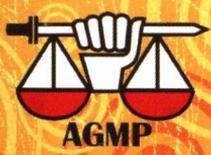


9 a 19 de julho de 2009

Lugar de descanso e tranquilidade

Informações
Fone: (62) 3285-6660
Secretaria da AGMP

Realização:



Patrocínio:



Apoio:

